



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
FREIXO DE ESPADA À CINTA
REALIZADA NO DIA VINTE E
UM MAIO DO ANO DE DOIS
MIL E DEZANOVE.**

No dia vinte e um de maio do ano dois mil e dezanove, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Maria do Céu Quintas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Rui Miguel Roxo Portela, Fernando António da Silva Rodrigues, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira e Dr.^a Antónia da Conceição Meireles Coxito. -----
Secretariou: Ana Maria Bento Soares, Coordenadora Técnica do Município. -----

E sendo nove horas e trinta minutos, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, passando-se de imediato à discussão dos seguintes assuntos: -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

I - INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS. -----

No período antes da ordem do dia usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que a sua intervenção tinha a ver com as notícias que têm saído na comunicação social, uma notícia era da Lusa que refere” Quatro municípios em rutura financeira entre 24 com dívida acima do limite.-----
Quatro municípios estavam em 2018 em rutura financeira entre os 24 com dívida acima do limite, apesar da dívida total da administração local ter recuado em 470 milhões de euros face a 2017, segundo o Conselho de Finanças Públicas.-----



Cartaxo, Fornos de Algodres, Nordeste e Vila Real de Santo António encontram-se em situação de “rutura financeira”, pelo facto de o rácio da dívida total superar os 300%, segundo uma análise à execução orçamental da administração local em 2018, hoje divulgada.-----

O Conselho de Finanças Públicas refere que, excluindo as dívidas não orçamentadas e as exceções contempladas na lei, a dívida total recuou de 4.646 milhões de euros no final de 2017 para 4.176 milhões de euros em 31 de dezembro do ano passado (menos 470 milhões de euros).-----

Tendo por base este indicador, o CFP afirma que 24 dos 308 municípios portugueses “encontram-se acima do limite da dívida total” no final de 2018, número que compara com 28 contabilizados um ano antes.-----

De acordo com a Lei das Finanças Locais, no último dia de cada ano, a dívida total do município não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores.-----

Entre as quase duas dezenas e meia de situações com excesso de endividamento, o CFP identifica 15 com rácios de dívida entre 1,5 e 2,25 vezes média da receita líquida cobrada nos três anos anteriores, sendo eles Alandroal, Aveiro, Caminho, Celorico da Beira, Évora, Freixo de Espada à Cinta, Gondomar, Lamego, Nazaré, Paços de Ferreira, Peso da Régua, Reguengos de Monsaraz, Santa Comba Dão, Seia e Tabuaço.-----

O grupo inclui ainda cinco em que aquele rácio se situa entre os 2,25 e as 3 vezes o indicador referido, nomeadamente Alfandega da Fé, Fundão, Portimão, Vila Franca do Campo e Vila Nova de Poiares.-----

A estes somam-se quatro municípios, Cartaxo, Fornos de Algodres, Nordeste e Vila Real de Santo António encontram-se em situação de “rutura financeira” pelo facto de o rácio da dívida total superar os 300%. Um ano antes foram identificados 5.-----

“O número de municípios que, de acordo com a classificação legal, estão em situação de rutura financeira terá diminuído para quatro “, precisa o relatório, assinalando que os quatro casos em questão se encontram ao abrigo de programas de ajustamento municipais (PAM), no âmbito do recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).-----

Nesta análise à execução orçamental da administração local, o CFP diz que em 2018 a receita dos municípios cresceu abaixo do previsto no Orçamento do Estado para aquele ano, apesar da evolução positiva da receita fiscal.-----

Os “desenvolvimentos favoráveis da receita fiscal deveram-se sobretudo ao comportamento da receita do Imposto sobre as Transações Onerosas (IMT)



que ultrapassou pela primeira vez a barreira dos mil milhões de euros de receita”-----

Foi exibido ainda um mapa da DGAL onde constam todos os concelhos do país por cores, onde os que estão em rutura financeira são os assinalados a vermelho escuro e conforme estão financeiramente a cor vai mudando para vermelho, cor-de-rosa, verde-escuro e verde-claro, sendo esta última a situação melhor.-----

Referiu que a Presidente da Câmara de Alfandega da Fé que já vai no terceiro mandato só agora conseguiu chegar ao vermelho e estava em rutura financeira como Freixo, no entanto nós já chegamos ao cor-de-rosa.-----

Fez ainda referência à notícia que saiu no Mensageiro de Bragança onde refere a posição dos municípios do Distrito de Bragança no ranking dos Municípios Portugueses e onde Freixo ganhou 14 posições.-----

Referiu que Freixo de Espada à Cinta continua a melhorar a sua posição.---

Questionou os senhores Vereadores sobre quais foram os benefícios que a reportagem da TVI trouxe para Freixo e para os freixenistas.-----

A Presidente da Câmara referiu ainda tem a melhor oposição que um Presidente pode ter e os freixenistas têm a pior oposição que poderiam ter--

II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR NUNO FERREIRA. -----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que na última reunião tinha verificado que o gravador não estava presente e que hoje acontece o mesmo. Que o gravador é um instrumento de trabalho que permite à funcionária fazer o seu trabalho de forma digna.-----

III- INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que o regimento da câmara não permite a gravação das reuniões e que confia nos funcionários.-----

IV - INTERVENÇÃO DO VEREADOR NUNO FERREIRA. -----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que essa resposta da senhora presidente o leva a tirar algumas ilações, e que é a primeira vez que isto acontece em democracia.-----

Felicitou pelo envio da agenda e documentos para a reunião de câmara com a antecedência de dois dias uteis conforme refere o regimento, no entanto a



reunião extraordinária foi convocada de forma ilegal, e também ele confia nos funcionários a 100%.-----

Propôs a alteração ao regimento para que as reuniões possam ser gravadas e se poder usar o gravador.-----

Referiu que a senhora Presidente envereda pelo posso quero e mando sem respeitar o direito de oposição.-----

Referiu que quando a senhora Presidente se refere a alguns Municípios que não passaram do vermelho e fala em Macedo de Cavaleiros esquece-se de dizer que o atual Presidente está no seu primeiro mandato.-----

Referiu que em relação à reportagem da TVI, o que disse já tudo tinha sido questionado nas reuniões de câmara, e que ficou envergonhado com essa reportagem, que houve aí assuntos mencionados de que não tinha conhecimento.-----

Referiu que nessa reunião aberta ao público foi a senhora Presidente que leu um comunicado, e que eles Vereadores do PS deram a entrevista à TVI à tarde, por causa da atitude que teve. Que tinha feito acusações graves à Vereadora Antónia Coxito e à sua mãe e que tudo isso é falso, como comprovou a Ana Luisa.-----

Referiu que a única questão que nunca aqui tinha colocado foi sobre um carro do Município com bengalas e quando essa pergunta lhe foi feita respondeu que não sabia e que a senhora Presidente deveria saber e autorizado. Que quando lhe perguntaram se o senhor Ivo Quintas trabalhava para a Câmara, respondeu que não tinha conhecimento de qualquer contrato com mesmo. Que quando lhe perguntaram se já o tinha visto a trabalhar para a Câmara, que disse sim, nas piscinas municipais e no pavilhão.-----

Referiu que falou sobre as atas, que esteve quase duas horas a falar e só saíram enxertos e que gostava que a reportagem não fosse por estes motivos e sim por outros, Todos nós aqui queremos o melhor para Freixo de Espada à Cinta.-----

Referiu que a senhora Presidente afirmou que ainda era cedo para perder as eleições e já o fez outra vez numa Assembleia Municipal onde deu resposta a um comunicado do PS e aonde teve que sair do lugar de Vereador para poder falar e onde também pela primeira vez houve limite de tempo para



um munícipe falar. No entanto nota algum nervosismo da parte da senhora Presidente em relação às eleições. Felicitou pela sua recandidaturas às eleições autárquicas em 2021, e todos temos vontade de ganhar.-----

Referiu ainda que em 2018 propôs um debate público entre os dois no auditório municipal e está pronto para eleições, seja em 2021, 2020 ou já agora.-----

Referiu que não é seu apanágio fazer conversas de café, nem falar mal da Presidente nas redes sociais, que é na reunião de câmara que tudo deve ser discutido e debatido.-----

Referiu ainda que a página do Município no facebook deveria ser neutra e não andar a por gostos numa publicação do senhor Ivo Quintas onde falava contra os Vereadores da oposição.-----

Após esta intervenção referiu que iria colocar algumas questões antes da ordem do dia.-----

1 – Gostaria que nos elucidasse porque foi feita uma contratação por ajuste direto para prestação de serviços de consultadoria na área de turismo por um ano, no valor de 17 733, 84 €já com IVA incluído.-----

2 – Quantas pessoas se encontram a trabalhar para o Município a recibos verdes e qual o encargo financeiro que isso representa.-----

V - INTERVENÇÃO DA VEREADORA ANTÓNIA COXITO. -----

Usou da palavra, a Vereadora senhora Antónia Coxito, questionando qual a data do relatório de Finanças Públicas que a senhora Presidente tinha lido, pois já numa reunião de Câmara lhe tinha falado num relatório de Finanças Públicas e o rácio não era igual. No relatório que tinha referido dizia que a situação de Freixo era má e que seria obrigado a recorrer ao programa do PAEL, mas já se encontra em reequilíbrio financeiro.-----

Referiu que se está melhor do que em 2016 é porque já tinha recebido muito dinheiro. No entanto está a fazer aumentos a nível de pessoal e a nível de aquisição de serviços, que devido às restrições impostas pelo PAEL e reequilíbrio financeiro não poderia e está a por de lado esses compromissos.-----

Referiu que Freixo gasta mais com pessoal, à volta de dois milhões e novecentos mil euros, do que concelhos com uma dimensão superior à nossa, como Mogadouro, Carraceda de Ansiães e Vimioso. As avenças



estão sempre a aumentar e já no ano anterior rondaram os 37 mil euros. Que metade do FEF do ano anterior foi para pagar a pessoal.-----
E como pode afirmar que Freixo vai bem, então pergunta-se: o que pretende fazer para baixar a dívida a médio e curto prazo. Em dezembro de 2018 Freixo era o 4º pior a nível nacional e já demorava 343 dias a pagar a fornecedores, e agora já é o 5º pior a demorar quase um ano a pagar, vai ter problemas no futuro.-----
Referiu que Freixo aumenta continuamente a dívida a médio e curto prazo e que em 2018 pagou muito pouco cerca de duzentos mil e poucos euros. As dívidas aos fornecedores estão a aumentar de ano para ano.-----
Referiu que quando a senhora Presidente refere outros municípios do Distrito na mesma situação, só que um deles Alfundega da Fé tem vindo a melhorar e nesta altura o prazo médio de pagamento quase não existe.-----
Referiu que a todas as questões feitas na reunião de aprovação do Relatório de Contas a senhora Presidente disse que não falava nada, esperou por hoje, reunião aberta ao público para falar da reportagem da TVI, quando já o poderia ter feito na reunião anterior.-----

VI - INTERVENÇÃO DO VEREADOR RUI PORTELA. -----

Usou da palavra o Vereador senhor Rui Portela referindo que se a TVI esteve cá foi porque alguém decidiu mandar para lá papeis, que quando foi entrevistado falou quase duas horas e só apareceu muito pouco e que a algumas questões colocadas se esquivou de responder. Que uma delas foi se a câmara tinha feito um contrato ilegal. E é isso que me preocupa se o ajuste direto desse contrato no valor de 70 mil euros é legal ou ilegal.-----
Referiu que já passou por tudo isto, já foi alvo de queixas anónimas, já saiu em jornais e não deseja isso a ninguém, que não pactua com queixas anónimas e que a vida política é assim que há pessoas que utilizam tudo para fazer política.-----
Referiu ainda que todas as reportagens trazem benefícios e prejuízos.-----

VII - INTERVENÇÃO DA VEREADORA ANTÓNIA COXITO. -----

Usou da palavra, a Vereadora senhora Antónia Coxito, referindo que não existindo gravador vai ser a palavra da senhora Presidente contra a dos senhores Vereadores.-----
Que os Municípios grandes gravam as reuniões em alguns até são transmitidas on-line, mas aqui a senhora presidente só deixa transcrever nas atas aquilo que quer e não havendo gravador não poderemos provar o que aqui foi dito.-----



afirmou que só aceitou dar a entrevista à TVI depois da intervenção da senhora Presidente e que a maior parte foi cortada.

Referiu que nessa intervenção fez afirmações bastante graves em relação a ela e à sua mãe. Nessa altura desafiou-a a trazer aqui as pessoas a quem tinham telefonado e acabou por referir o sogro da Ana Luisa, mas em momento algum conseguiu provar que era verdade.-----

Os assuntos da câmara devem ser tratados aqui e não em outros locais.-----

Referiu que a dívida da Câmara a médio e curto prazo duplicou e que são informações dadas à Assembleia Municipal pela senhora Presidente. Que quando referiu o relatório de finanças públicas, os municípios referidos saíram do vermelho, mas Freixo em novembro de 2018 já andava na ordem dos dois milhões e seiscentos euros.-----

VIII - INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que a algumas questões iria responder mais à frente.-----

Referindo que o aumento com o pessoal deve-se ao facto de terem entrado dezasseis pessoas, os precários e não falava de números. E que a dor dos senhores Vereadores se deve ao facto da Presidente da Câmara estar a dar sustento a muita gente.

IX - INTERVENÇÃO DA VEREADORA ANTÓNIA COXITO. -----

Usou da palavra, a Vereadora senhora Antónia Coxito, referindo que não são só essas pessoas que o mapa de pessoal reflete.-----

X - INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que a senhora Vereadora não sabe ler um mapa de pessoal e que pode chamar-lhe à vontade autoritária e prepotente.-----

Referiu ainda que o Serviço de consultadoria na área de turismo, é um contrato de avença celebrado com um Técnico na área de Turismo, porque a Câmara não tinha ninguém.-----

XI - INTERVENÇÃO DO VEREADOR NUNO FERREIRA. -----



Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira que voltou a questionar quantas pessoas a recibos verdes trabalham para o Município e quais são os encargos daí resultantes.-----

XII - INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que não dizia mais nada.-----

XIII - INTERVENÇÃO DO VEREADOR NUNO FERREIRA. -----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que a senhora Presidente pode enveredar pelo caminho de responder ou não. Mas que a função dele como Vereador é questionar ou louvar o que acha que está bem ou está mal.-----

Que a senhora Presidente referiu que estão sempre contra os funcionários e que isso é mentira, que os defendem sempre, pois também ele é funcionário e sabe bem o que é estar de um lado e do outro e que tanto ele como familiares seus já sofreram isso na pele.-----

A nossa função é questionar e não levantar o dedo e dizer sim, não ou talvez, e que seria melhor se desse cumprimento ao direito de oposição.-----

A todas as questões que colocamos só somos esclarecidos na altura do relatório de contas. E em relação aos recibos verdes pergunto se a senhora Presidente não tem ideia de um número mais ou menos.-----

XIV - INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo mais uma vez que não diria mais nada.-----

ORDEM DO DIA

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA: - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia vinte do mês de maio do ano dois mil e dezanove que acusa o saldo disponível de: -----



Dotações Orçamentais – Seiscentos e cinquenta e seis mil oitocentos e vinte e cinco euros e noventa e nove cêntimos.-----

Dotações não Orçamentais – oitenta e cinco mil seiscentos e oitenta e um euros e cinquenta e oito cêntimos.-----

ACTA: Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia sete de maio do ano de dois mil e dezanove.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a referida ata, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo.- Os Vereadores senhores Nuno Ferreira e Antónia Coxito abstiveram-se em virtude de não constarem na mesma todas as suas intervenções, apesar de constarem mais informações que nas anteriores.-----

01 – COMPETÊNCIA EXCECIONAL – DECISÕES

Tomada de conhecimento do despacho datado do dia nove de maio do presente ano que aprovou a terceira alteração ao Orçamento da Despesa, terceira alteração ao Plano de Atividades Municipais para o ano de dois mil e dezanove. -----

DELIBERAÇÃO:A Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho em apreço.-----

08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

**CASULO DOURADO – ASSOCIAÇÃO DA SEDA DE FREIXO DE
ESPADA À CINTA – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO -**



PROPOSTA: Foi presente para efeitos de aprovação o Protocolo de Cooperação Financeira a celebrar com a Casulo Dourado - Associação da Seda de Freixo de Espada à Cinta, que aqui se dá por transcrito, ficando um exemplar do mesmo arquivado junto ao livro de atas.-----

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra a Vereadora Senhora Antónia Coxito referindo que já por diversas vezes tinham questionado a senhora Presidente de qual a razão de não vir à reunião de câmara o protocolo com a Casulo Dourado e que sempre se negou a responder.-----

Que quando no início do ano vieram os protocolos com as outras associações, estranharam não ter vindo também este, até porque a câmara faz e ainda bem, imensa publicidade à seda. Pergunta-se porque é que ainda não lhe tinham sido atribuídos fundos para poderem sobreviver no ano de 2019. E porque no ano de 2018 lhe foi atribuído menos que às outras associações. Será porque a divulgação da seda não era assim tão importante. Porque o montante protocolado baixou de 25 mil para 15 mil euros.-----

Usou da palavra a Vereadora Senhora Presidente da Câmara referindo que o montante é o necessário para que o Casulo Dourado pague os vencimentos das funcionárias.-----

Usou da palavra a Vereadora Senhora Antónia Coxito questionando quantos funcionários tem a Casulo Dourado.-----

Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara referindo que são três e uma está de licença sem vencimento, por essa razão o montante protocolado é suficiente.-----

Usou da palavra a Vereadora Senhora Antónia Coxito questionando se é suficiente para o pagamento dos vencimentos das funcionárias.-----

Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara que referiu que a Casulo Dourado leva aquilo que precisa e que a associação deveria ser autossuficiente, e que passariam à votação.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que não era bem assim, que falará sempre que bem entender e sobre qualquer assunto



que achar conveniente trazer às reuniões. E que na questão da Casulo Dourado falará sobre o que entender.-----

Que estranha que só agora venha à Câmara e que o montante seja de 15 mil euros quando anteriormente era de 25 mil euros.-----

E como explica que a aposta na seda seja quase nula, uma vez que o montante transferido só dá para pagar os vencimentos das funcionárias. Quando foi a última vez que fez uma transferência para esta associação.----

Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara referindo que tinha sido em novembro de 2018.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira que referiu que de acordo com o protocolo a Câmara já não está a cumprir e que quando assumimos compromissos é nosso dever cumpri-los.-----

DELIBERAÇÃO: Depois de devidamente analisado a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o protocolo em causa.-----

FUNDO SOCIAL DE APOIO À HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – DANILO MIGUEL DOS RAMOS CARRASCO – PROPOSTA: Presente a informação número duzentos e cinquenta e oito, datada do dia catorze de maio do presente ano, subscrita pela Chefe de Divisão da DASCDDL e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira questionando se o apoio pode ou não ir até 100% do valor ou se existe um limite.-----

A pedido da Senhora Presidente da Câmara a Chefe da Divisão de Ação Social, Cultura, Desporto e Tempos Livres, esclareceu como são calculados os valores e que sim existe um limite.-----

DELIBERAÇÃO: Depois de devidamente analisada a informação em apreço a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder um apoio no montante pecuniário de dois mil seiscentos e vinte e sete euros e oitenta e quatro cêntimos. -----



----- ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO RESPECTIVO PRESIDENTE, NO ÂMBITO DO REGIME JÚRIDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO – DL N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DL N.º 136/2014, DE 9 DE SETEMBRO – TOMADA DE CONHECIMENTO: Presente a informação número cento e trinta e seis barra dois mil e dezanove, datada de catorze de maio de dois mil e dezanove, da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação, que aqui se dá por integralmente transcrita, ficando um exemplar da mesma anexa ao livro de atas.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço.-----

ESCLARECIMENTO PÚBLICO DA ATIVIDADE MUNICIPAL – TOMADA DE CONHECIMENTO: Pela senhora Presidente da Câmara foi presente um esclarecimento público da atividade municipal que a seguir se transcreve:-----

ESCLARECIMENTO PÚBLICO

DÍVIDA DO MUNICÍPIO

Dezembro de 2013

18.577.015,00€ - Ficha do Município

O Município de Freixo de Espada Cinta estava em situação de desequilíbrio financeiro estrutural.

Dezembro de 2018

12.636.293,00€

Como podem ver, a dívida diminuiu em 5 anos 6.000.000€.

Na reportagem da TVI é afirmado que nos últimos três anos a dívida aumentou 50%. Onde está a verdade dos informadores?

Prazo de Pagamento



Foi também dito que a Câmara de Freixo de Espada à Cinta demora a pagar aos fornecedores. Em dezembro de 2018 o prazo de pagamento era de 343, o que mais contribui para esse prazo são as faturas da água e dos resíduos.

O anterior Presidente da Câmara José Santos fez 13 empréstimos de médio/longo prazo durante os oito anos e mesmo assim em 2013 o prazo médio de pagamento chegou aos 631 dias.

A atual Presidente da Câmara fez 3 empréstimos para substituição de dívida. Foram liquidados 5 empréstimos e acordos de pagamento que tinham taxas de juro altas, sendo um desses empréstimos o PAEL, o que nos vai permitir baixar a taxa do IMI.

AQUISIÇÃO DE PRÉDIOS URBANOS E RÚSTICOS

Prédios adquiridos pela atual Presidente:

27 Prédios Urbanos (Vários à volta do castelo)

1 Rústico

Valor gasto: 276.969,00€

Deste valor 55.000€ são do terreno junto ao estaleiro.

Prédios adquiridos pelo anterior Presidente José Santos:

18 Prédios Urbanos

9 Prédios Rústicos

1 Servidão de passagem

Valor gasto: 894.950,71€

Dos prédios adquiridos pelo Presidente José Santos ficaram por pagar 269.114,24€, que foram pagos pela atual presidente.

AJUDAS DE CUSTO E NOMEAÇÃO

As ajudas de custo, se foram pagas ilegalmente, a ilegalidade foi cometida pelo senhor Rui Portela pois foi ele que as assinou.

A dita nomeação do Sr. Abílio Morgado, a ser feita, só o poderia ter sido pelo Sr. Rui Portela. Mais uma vez, se era ilegal a ilegalidade foi cometida pelo Sr. Rui Portela.



Conforme atestam os serviços, o Sr. Abílio Morgado nunca foi nomeado para cargo nenhum.

DECLARAÇÃO

-----ANA MARIA BENTO SOARES, COORDENADORA TECNICA DO MUNICIPIO DE FREIXO DE ESPADA A CINTA:-----

-----DECLARA, para os devidos e legais efeitos que, o António Abílio Macias Morgado, foi admitido nesta Entidade na carreira de Fiscal de Obras, em 01 de setembro de 1987, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo (termo certo).-----

-----Em 22 de outubro de 1991 passou a exercer as funções de Fiscal de Obras, em regime de contrato administrativo de provimento.-----

-----Em 04 de setembro de 1992 ingressou no Quadro de Pessoal do Município, na carreira administrativa, 3º oficial.-----

-----Em 02 de maio de 1994 tomou posse como Operador de Sistema Estagiário.-----

-----Em 21 de novembro de 1995, tomou posse como Operador de Sistema de 2ª Classe.-----

-----Em 16 de abril de 1999 tomou posse como Operador de Sistema de 1ª Classe.-----

-----Em 1 de abril de 2001 com o novo Estatuto das Carreiras e Funções Específicas do pessoal de Informática, passou para a categoria de Técnico de Informática Grau 1, categoria que mantém até à presente data.-

-----Por ser verdade e me ter sido pedida, mandei passar a presente declaração que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município.-----

----- Edifício dos Paços do Concelho de Freixo de Espada à Cinta, 15 de maio de 2019.-----



A COORDENADORA TÉCNICA
ANA MARIA BENTO SOARES

CONTRATOS ILEGAIS

Os procedimentos de formação dos contratos públicos celebrados nos primeiros meses do ano de 2018, considerados ilegais na reportagem exibida na TVI, foram iniciados até final de dezembro de 2017, ao abrigo da legislação em vigor nessa data (Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro).

De acordo com o estipulado nos art.º 19º e art.º 20º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, poder-se-ia adotar o procedimento de ajuste direto nos seguintes casos:

- Contratos de empreitadas públicas, quando o valor do contrato fosse inferior a 150.000,00€;*
- Contratos de locação ou de aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, quando o valor do contrato fosse inferior a 75.000,00€.*

O Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, foi alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que só viria a entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2018, conforme estabelece o art.º 13º do mesmo diploma legal.

O Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, introduziu alterações significativas ao nível dos limites da contratação, no entanto de acordo com o n.º 1 do art.º 12º, as disposições do Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto só são aplicáveis aos procedimentos de formação de contratos públicos iniciados após a sua data de entrada em vigor (01/01/2018) bem como aos contratos que resultem desses procedimentos.

Ou seja, os procedimentos de formação de contratos públicos iniciados até ao dia 31/12/2017 regem-se pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Como tal, facilmente se conclui pela inexistência de contratos ilegais.

FAVORECIMENTO FAMILIAR

I- Dos factos:



O Município de Freixo de Espada à Cinta celebrou o contrato de “Utilização Racional de Energias e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Desportivos Municipais – Piscina Municipal Coberta de F.E.C”, assinado pelo Sr. Teotónio Catanho da Silva Coelho, na qualidade de representante legal da firma adjudicatária SICAPREP, cujo um dos sócios é tio-avô do Sr. Ivo Quintas, filho do 1.º casamento da Sr.ª Presidente da Câmara e membro da Assembleia Municipal.”

A Presidente da Câmara não possui nenhum grau de parentesco nem de afinidade com o tio-avô do seu filho, pois de acordo com o art.º 1585º do Código Civil interpretado à contrário sensu a dissolução do casamento por divórcio cessa os vínculos de afinidade que ligam cada um dos cônjuges aos parentes do outro.

“O Sr. Ivo Quintas e o dito tio-avô, são parentes no 4º grau da linha colateral.”

O Sr. Ivo Quintas não teve qualquer intervenção nem nos atos procedimentais conducentes à realização do ato nem posteriormente na celebração do próprio contrato, visto ser membro da Assembleia Municipal e os procedimentos de formação e a celebração dos contratos são da competência da Presidente de Câmara que possui competências próprias e competências delegadas para esse efeito.

II- Do Direito:

De acordo com a alínea iv) do art.º 4º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho (versão mais recente Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro) que estabelece o Estatuto dos Eleitos Locais, no exercício das suas funções, os eleitos locais não devem intervir em processo administrativo, acto ou contrato de direito público ou privado nem participar na apresentação, discussão ou votação de assuntos em que tenha interesse ou intervenção, por si ou como representante ou gestor de negócios de outra pessoa, ou em que tenha interesse ou intervenção em idênticas qualidades o seu cônjuge, parente ou afim em linha recta (linha ascendente: pais/sogros; avôs/avôs do cônjuge; bisavôs/bisavôs do cônjuge. Linha descendente: filho, neto, bisneto) ou até ao 2.º grau da linha colateral (irmão/ cunhada), bem como qualquer



pessoa com quem viva em economia comum; (entre parêntesis e sublinhado nossos)

No âmbito do DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, diploma legal que aprova o Código de Procedimento Administrativo, o art.º 69º n.º2 alínea b) estabelece que os titulares de órgãos da Administração Pública e os respetivos agentes, bem como quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontrem no exercício de poderes públicos, não podem intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, “ Quando, por si ou como representantes ou gestores de negócios de outra pessoa, nele tenham interesse o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, algum parente ou afim em linha reta (linha ascendente: pais/sogros; avôs/avôs do cônjuge; bisavôs/bisavôs do cônjuge. Linha descendente: filho, neto, bisneto) ou até ao segundo grau da linha colateral (irmão / cunhada), bem como qualquer pessoa com quem vivam em economia comum ou com a qual tenham uma relação de adoção, tutela ou apadrinhamento civil;” (entre parêntesis e sublinhado nossos)

Como decorre dos citados diplomas legais, os titulares de órgãos da Administração Pública e os eleitos locais no caso de se verificarem as situações descritas anteriormente, ficam pura e simplesmente proibidos de intervir nos procedimentos, ou de praticar os atos administrativos que virtualmente lhes competiam, sendo-lhes vedado optar por outra atuação.

Ora, no caso do contrato celebrado pelo Município, facilmente se constata que não há qualquer ilegalidade na atuação quer da Senhora Presidente quer do Sr. Ivo Quintas, pois face à lei a Senhora Presidente não se encontrava impedida de celebrar o contrato, pois não tem qualquer vínculo com o tio-avô do seu filho e o Sr. Ivo Quintas é parente no 4º grau da linha colateral do seu tio – avô (quando a lei estabelece limitações até ao 2º grau da linha colateral) e além disso não teve qualquer intervenção nem nos atos procedimentais conducentes à realização do ato nem posteriormente na celebração do próprio contrato.



A Câmara Municipal presidida pelo sr José Santos durante os oito anos de mandato manteve sempre contratos dos transportes dos alunos com a sua empresa e dos seus familiares diretos.

Também mandou construir uma estação de camionagem que só iria servir para a única empresa de transportes coletivos que existe em Freixo de Espada Cinta, todos sabemos que é do Sr. José Santos e dos familiares diretos.

Fez contratos de limpeza, a varredura de Freixo, com a Santa Casa da Misericórdia de Freixo sendo ele o Provedor desta instituição.

A Câmara Municipal presidida pelo Sr. José Santos comprava vinho com 50% de desconto à Adega Cooperativa de Freixo, sendo ele Presidente desta Cooperativa.

CARRO TOPO DE GAMA

O preço do carro contratado pelo Município foi de 31.675,68€ + IVA = 38.960,25€. Será um topo de gama com um preço destes?

Para 70.000,00€ como foi afirmado na reportagem da TVI, ainda faltam 31.039,75€, o que dava para ter alugado dois.

Hoje em dia a maior parte das empresas e Municípios não compram as viaturas, fazem o aluguer que engloba todos os custos, desde seguros, pneus, revisões, etc, o chamado renting, foi o que a Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta fez, até porque não podia ser de outra forma uma vez que esta não podia fazer empréstimos nem leasings.

O anterior Presidente José Santos não comprou nenhuma viatura nova para seu uso, usou sempre o mercedes adquirido pelo seu antecessor, mas usou-o como sendo dele.

Não comprou um carro mas comprou um trator que custou 85.000€. Esse sim um topo de gama que nem pode quase sair do estaleiro porque não cabe nos caminhos. Juntamente com o trator comprou uma grade de discos e uma pá frontal que nunca serviram.

PAINEIS DAS PISCINAS COBERTAS

Esta obra foi realizada no âmbito da “Construção das Piscinas Municipais de Freixo de Espada à Cinta”, que foi contratada em 11/02/2007 pelo



valor de 2.184.082,22€ (obra que no final ascendeu a 2.602.501,10€, sem contar com os arranjos exteriores no valor de 740.859,44€, perfazendo um total de 3.344.360,54€) no mandato do Sr. José Santos como é do conhecimento de todos os freixenistas menos dos informadores da TVI. O valor do sistema solar que contempla estes painéis foi de 226.919,96€, tendo os mesmo sido colocados por uma empresa de Lisboa, subempreiteira do adjudicatário. Na mesma altura, esta empresa também colocou painéis na Santa Casa Misericórdia.

CEIAS DE NATAL

Como é do conhecimento de toda a gente de Freixo Espada Cinta, e contrariamente ao que foi referido pelo dito ex-funcionário na reportagem da TVI, a oferta do lanche de Natal não se iniciou apenas em dezembro de 2018, pois desde dezembro de 2014 os funcionários do Município de Freixo de Espada Cinta passaram a ser convidados para um lanche de Natal que inclui uma oferta.

TRANSPORTES PARA O PORTO

A viatura Opel Corsa que aparece na reportagem nunca foi enviada ao Porto para realizar qualquer serviço, o que facilmente se verificará pela inexistência de pagamento de portagens.

COMPRA DE UMA VINHA

A Presidente comprou uma terra com oliveiras e monte, pois já não era tratada há muito tempo. O valor dessa terra, aos preços que correm, seria de 4.000,00€.

Conforme atesta a escritura feita em Coimbra no dia 04/12/2017 e as cópias dos cheques passados para pagamento aos três herdeiros, cheques da conta pessoal da Presidente, o valor pago foi de 6.000,00€.

A cópia da escritura e cheques fica na pasta anexa à ata.



AQUISIÇÃO DA CASA DA AVENIDA GUERRA JUNQUEIRO

A escritura foi feita posteriormente à da compra da “ dita vinha”, no cartório de Freixo de Espada Cinta no dia 18/09/2018, e o valor pago pela casa foram 20.000,00€.

E-mail enviado pela Laura Mendes

“Olá Maria do Céu

Gostava que alargasse ao máximo o número de destinatários desta mensagem. A bem de nós duas. Abraço

*Para quem estiver interessado na verdade de alguns factos: **O negócio que não podia ter sido mais honesto!***

Algumas notas preambulares:

1-É um discurso informal o que vou utilizar; o mesmo que utilizo com os meus amigos freixenistas, ou outros quaisquer, e felizmente tenho muitos;

2-Gostaria muito que aqueles que sempre me trataram por Laurinha, tratamento carinhoso que sempre mantiveram, porque o mereci, soubessem que continuo a merecê-lo;

3-Não sou da cor política da Sr^a presidente da câmara e seu executivo (faria, sim, era parte do “adversário”, como este foi apresentado, maleficamente no malfadado programa de televisão!);

4-Não conhecia pessoalmente, sequer, Maria do Céu Quintas. Conhecia, sim, o filho, Ivo, pois há muito tempo que era meu hospedeiro como proprietário da Casa do Conselheiro. Desde o primeiro dia de abertura. Fomos os seus primeiros clientes. (já no tempo da D. Isabel, filha da D. Mariazinha frequentava esta casa na qualidade de cliente, e amiga, claro!)

No dia 4 de julho de 2017, dia em que perfazia um ano da morte de minha mãe, tendo sabido que não poderia haver missa, impulsivamente, por volta das três da tarde, dirijo-me à Câmara e pergunto se a senhora presidente me pode receber. Coisa simples e pacífica. Apresentei-me (sabíamos que ambas sabíamos quem éramos, pois a terra é pequena e a senhora identificou-me como filha do Sr. Aurelio e da Senhora Julia e irmã do Aurelio). No meio de algumas lágrimas de comoção da minha parte, pois a saudade fazia-se sentir e o amor e respeito que eu tinha pelos meus pais batia fundo, apresentei a minha proposta: eu não gostaria muito de



ver o prédio demolido para construir casas de habitação, com outras vivências e muita indiferença por quem lá viveu uma vida de muito amor, muita diferença no pensar. Talvez só eu entenda isso. Paciência!

A ideia era, então, homenagear os meus pais com a construção de um muro lindo (como aqueles que só Freixo sabe elevar), umas árvores para dar sombra, uns bancos onde os freixenistas pudessem descansar, e no muro, uma janela com umas cortinas de renda réplica da casa. E em alternativa, aproveitando o que se pudesse da casa, construir um museu do croché, contribuindo eu com todas peças, e não são poucas, feitas pela minha mãe. Pode parecer falta de humildade da minha parte este desejo, mas foi o resultado da simpatia da sr^a presidente que, talvez condoída com a minha perda recente e muito sofrida, me tivesse perguntado "E o que gostaria de ver ali, Maria Laura!?" Gostou do projeto e formulou a promessa da sua execução com muito carinho.

A questão do dinheiro foi apresentada assim, com toda a simplicidade: Nós estamos a pedir trinta mil euros, dez mil para cada um :os meus irmãos não podem abdicar da parte deles, mas eu ofereço à Câmara a minha parte.

Sobre o olival das Fontainhas. Só isto e sem lugar a especulações. Passados meses, e não antes, por volta de Novembro, o Sr Abilio fez uma proposta de compra que achámos vantajosa; vendemos, ele comprou com toda a lisura e este negócio nada tem a ver com o da venda da casa, que foi anterior, embora só efetivado pela escritura, meses depois. Mais: este foi um negócio pessoal com o qual ninguém tem a ver!

O abuso do tão controverso 5º poder demonstrado pela TVI, sem nada me perguntar, é lamentável.

Nada foi mais honesto do que este "grande negócio chorudo e vantajoso" que envolveu 20.000 €!

Nota: Quando falo em homenagem aos meus pais, sou eu que a penso e faço! Nunca pretendi uma homenagem camararia, nem nada que se pareça! Era só o que faltava! Nem este era o espírito dos meus pais-a simplicidade em pessoa! Só quem não conhecesse a sr^a Julia Poiares!

MAZOUCO

Nem com o número de habitantes de Mazouco acertaram! Era muito bom que fossem 300, mas não são. Nos censos de 2011 a população de Mazouco era de 167 habitantes, hoje deverão menos.



ENSINO SECUNDÁRIO

O concelho de Freixo de Espada à Cinta nunca teve ensino para além do 9º ano.

CENTRO DE SAÚDE

O Centro de Saúde de Freixo de Espada à Cinta deixou de ter o serviço de urgência à noite quando o primeiro-ministro era o Sr. José Sócrates e o presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta era o Sr. José Santos.

Como aqui fica demonstrado, verifica-se que as “contrainformações” transmitidas pela reportagem da TVI não representam um jornalismo sério, podendo até questionar-se a ética profissional dos jornalistas e dos seus informadores.

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o Vereador senhor Rui Portela questionando se tinha cometido alguma ilegalidade, se as ajudas de custo que assinou eram ilegais. Que quando lhe perguntaram se era ele que assinava as ajudas de custo da senhora Presidente e do marido só tinha que responder a verdade e é legal ou estava a cometer alguma ilegalidade.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que o senhor Vereador não cometeu nenhuma ilegalidade, pois ela é que não podia assinar as mesmas.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que não iria tecer comentários em relação a assuntos familiares. No entanto a senhora Presidente estava sempre a voltar ao passado e a fazer comparações com o senhor José Santos e lá saberá porque as faz.-----

O senhor José Santos já foi julgado pela sua gerência enquanto Presidente da Câmara e por essa razão está sentada nesse lugar e fez o melhor que pode pelo Município.-----

Em relação ao carro topo de gama volto a afirmar o que já afirmei anteriormente, a Câmara de Ourém comprou um igual de serviço e é deles e este se o Município quiser ficar com ele vai ter que pagar o remanescente, ficando mais caro. Afirmei também na altura que deveria comprar viaturas



para os funcionários, pois as viaturas usadas por eles estão bastante degradadas.-----

Quando falei na reportagem da TVI que a câmara não era nenhuma imobiliária, foi devido ao valor um pouco elevado que existe nessa rubrica.

Quanto aos empréstimos já fez três com o BEI e o governo permite que os possa renovar.-----

Em relação ao assessor a única referência que vi foi nas listas com o nome e os números dos telefones, mas não me faria nenhuma confusão se assim fosse, pois todas as pessoas que rodeiam o Presidente da Câmara devem ser da sua confiança total.-----

Também já por diversas vezes solicitamos que nos fosse facultada a ficha do Município para ficarmos esclarecidos.-----

Foi por nós questionado em reunião de câmara qual o montante gasto no Mercado Medieval, não obtivemos esclarecimento.-----

Foi por nós também questionado o porquê da celebração de um contrato por ajuste direto com uma firma de advogados no montante de 183270.00€ com IVA incluído, pelo prazo de um ano, o que terá de tão grave a Câmara para ter que celebrar um contrato por um montante tão elevado.-----

Também foi por nós questionado o porquê de um contrato de publicidade por dois anos no montante de 92 127.00€, vai gastar assim tanto em publicidade.-----

Referiu que era mais benéfico para todos se a senhora Presidente enveredasse pelo caminho da frontalidade.-----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito referindo que a senhora Presidente tinha começado a reunião a falar da reportagem da TVI e que neste ponto em que diz esclarecimento público da atividade municipal, continua a falar da TVI, e a TVI nada tem a ver com a atividade municipal do Município.-----

É de lamentar que a senhora Presidente continue a fazer comparações com o anterior Presidente José Santos, que não está aqui para se defender, e está sempre a tentar denegrir a sua imagem.-----

Também ficamos agora a saber pelo e-mail da senhora Laura Mendes que Freixo vai ter um museu do croché.-----

Em relação aos contratos que acabou de referir não conseguiu provar a que ano se referiam, em que data foram celebrados, quando foi iniciado o processo.-----



Referiu já ter sido solicitado diversas vezes a consulta dos processos e sempre foi negado, dizendo que não dava por causa da proteção de dados, mas aquilo que nos interessa é o contrato em si e o caderno de encargos.----
Se a senhora Presidente agisse de boa-fé permitia que consultássemos a documentação que já foi pedida por escrito.-----
Não permite que consultemos os processos e agora diz “está aqui a escritura podem consultá-la”. Esta a ter dois pesos e duas medidas, senhora Presidente em abono da verdade traga uma listagem discriminada dos contratos.-----
Referiu que estava à espera que trouxesse uma informação sobre a atividade municipal, o que fez, onde foi feito, mas não referiu mais a obra do anterior Presidente.-----
Em relação ao prazo médio de pagamento do presente e do passado não é comparável.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que não é comparável, porque no passado a senhora estava cá. E está sempre a pôr em causa os funcionários.-----

A pedido da Senhora Presidente da Câmara o Chefe de Divisão da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação referiu que agradecia a oportunidade de esclarecer o assunto, pois na famosa reportagem da TVI falou-se muito dos técnicos. “Quando dizem que os contratos são ilegais e referem os técnicos, só pode ser por ignorância ou por má fé, ninguém pode falar sem consultar os contratos.-----
Fiz uma listagem com todos os contratos, onde consta a abertura dos procedimentos e não deteto nenhuma ilegalidade, o que pode acontecer às vezes é um erro de escrita e por essa razão já fui chamado à Assembleia Municipal para esclarecer um determinado contrato, porque onde se lia ajuste direto deveria ler-se consulta prévia, mas isso resolve-se fazendo uma errata ao procedimento.-----
Quando se faz a abertura de um procedimento a primeira coisa a fazer é ver onde se vai encaixar e é sempre pedido aos serviços da contabilidade um cabimento, para mim é inconcebível que se possa fazer um procedimento ilegal”.-----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito referindo não ter dito que havia contratos ilegais, o que tinha dito é que não tinham consultado os processos.-----



Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que os senhores Vereadores nunca pediram por escrito para consultar os processos.-----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito referindo que recordava à senhora Presidente que já tinham pedido por escrito e tiveram resposta por escrito.-----

Uma era referente à parte financeira, onde pedíamos uma listagem da dívida dos fornecedores e foi-nos negado. Pedimos um balancete detalhado e foi-nos negado e pedimos também a consulta dos dossiês de contratação pública e também nós foi negado. E a senhora Presidente continua a negar-nos o acesso a tudo.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que ao pedirem esses documentos é para pôr em causa quem trabalha.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira que referiu, a senhora Presidente não quer esclarecer as pessoas, e tenho todo o direito de falar sobre o que aqui foi dito.-----

DELIBERAÇÃO:A Câmara Municipal tomou conhecimento do esclarecimento público da atividade municipal.-----

ARU

----- PARA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA A BENEFÍCIOS FISCAIS E MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA REABILITAÇÃO URBANA, DO EDIFÍCIO SITO NA RUA ALMIRANTE QUINTÃO MEIRELES DESTA VILA PERTENCENTE A CARLOS DANIEL DA CRUZ SAPAGE: Atenta a informação número quatrocentos e trinta e nove barra dois mil e dezoito, datada do dia catorze de dezembro de dois mil e dezoito da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que este ponto é ilegal, uma vez que já foi votado na ata nº28.-----



Referiu que os funcionários desta casa fazem o melhor que sabem e que não os deveria pôr em causa, como acabou de fazer com o Eng. Zé Carlos. Quando a última palavra é sua e é consigo que nós debatemos os assuntos.- Este ponto foi tirado de uma ata que foi chumbada e até hoje não sabemos onde estão.-----

Se fazer isto é legal, porque é que ainda não andou para a frente como outros assuntos que foram chumbados e já andaram. E qual é o artigo da lei que diga que se pode votar duas vezes o mesmo assunto.-----

Usou da palavra a senhora Presidente que referiu já terem vindo outros assuntos das atas chumbadas, quando uma ata é chumbada não produz efeitos.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que se recusava a votar este ponto.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que não se podiam recusar a votar.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que o ponto já tinha sido votado.-----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito referindo porque é que a senhora Presidente não os esclarece.-----

DELIBERAÇÃO: Depois de devidamente analisada a informação em apreço a Câmara Municipal deliberou por maioria conceder o apoio no montante pecuniário de oitocentos euros. -----

Os senhores Vereadores Nuno Ferreira, Antónia Coxito recusaram-se a votar, por a mesma já ter sido objeto de votação.-----

PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO

No período reservado ao público foram feitas algumas intervenções que a seguir se transcrevem:-----



Usou da palavra o munícipe senhor Ivo Quintas referindo que tinha vindo aqui para esclarecer alguns assuntos, mas que entretanto já tinham sido esclarecidos.-----

O senhor Ivo Quintas questionou o senhor Nuno Ferreira sobre a sua última intervenção, quem eram os munícipes de primeira e de segunda.-----

“Em relação aos contratos ilegais a Dra. Antónia Coxito que já foi chefe de Divisão desta Casa, sabe que não existe Presidente algum neste país que ponha em causa um parecer que venha de um Chefe de Divisão, até porque um parecer dado que seja ilegal traz sempre consequências.-----

No início da sua intervenção o senhor Nuno Ferreira referiu nunca ter visto um trabalho feito por mim para esta casa, e não viu, desde que vocês são oposição nunca fiz nenhum. As piscinas e o pavilhão foi tudo no anterior mandato.-----

Na reportagem da TVI dizem que o senhor Adelino Carvalho é meu tio, e que eu sempre neguei, tio é irmão de mãe ou de pai e o senhor é tio do meu pai”.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira que nestas reuniões abertas ao público, os munícipes que querem intervir deveriam mandar as perguntas atempadamente para nos podermos preparar, que estas reuniões deveriam ser publicitadas e terem lugar ao fim da tarde para mais munícipes poderem assistir.-----

Referiu que quanto aos munícipes de primeira e de segunda dava o exemplo da Associação Dignidade, que já tinha vindo novamente à reunião de câmara e nessa altura foi questionado se era legal, e foi dito que sim, e que se foi informar e não era legal, os assuntos não podem ser votados duas vezes.-----

Referiu que nunca tinha posto em causa os contratos e que nunca viu um contrato no nome do senhor Ivo Quintas, mas que o tinha visto trabalhar nas piscinas municipais e no pavilhão e que não alimenta suposições nem pactua com queixas anónimas.-----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito perguntando se a tinha ouvido dizer que os contratos eram ilegais. O que ouviu foi dizer da listagem referida quais eram os de 2017 e quais os de 2018, ouviu dar-nos respostas, não. -----

Numa Assembleia Municipal o Dr. Reis questionou um contrato que na base gov. estava como ajuste direto e foi chamado o Eng. Zé Carlos que



explicou ter sido um erro de escrita. Pergunta-se já foram feitas essas adendas.-----

Agora não pode afirmar que eu disse que os contratos eram ilegais.-----

Usou da palavra o munícipe senhor Ivo Quintas referindo que o senhor Nuno Ferreira tinha dito que havia munícipes de primeira e de segunda, mas não tinha dito que os assuntos já tinham vindo novamente à câmara. No caso em que tivesse sido chumbada a ata e tivessem prosseguido com o processo sem voltar à reunião de câmara, aí sim se calhar era ilegal.-----

Quanto á outra questão também está esclarecida porque nunca houve nenhum contrato em meu nome.-----

Referiu não ter dito que a Dra, Antónia Coxito disse que os contratos eram ilegais e sim que estranhava, como já tinha sido Chefe de Divisão que deveria saber quais as consequências disso.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que falou da Dignidade, como poderia ter falado da munícipe Inês Madaleno, e que tinham sido eles a propor que essa competência passasse para a senhora Presidente a fim de agilizar os processos.-----

A envolvente do castelo estava chumbada e já foi celebrado contrato com o senhor Manuel Joaquim Caldeira. E não estamos a pôr em causa os Municípes.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que as pessoas falam do que nem sabem, nem sabem o que foi chumbado na ata referente ao castelo. O que consta de uma ata reprovada são os empréstimos do BEI para fazer face à parte não financiada pelas candidaturas, onde se encontra um empréstimo para a obra do castelo. Não tem nada a ver com a obra da envolvente do castelo. O concurso para a obra do castelo foi aberto quatro vezes, os concursos ficaram sempre vazios e só no último concurso é que isso não aconteceu. O senhor não teve nada a ver com a obra do Castelo. Vai dar um ótimo Presidente da Câmara.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que o senhor Ivo Quintas falou de munícipes de primeira e de segunda e eu falei de assuntos que estavam nas atas que foram chumbadas. Falei de casos factuais.-----



Usou da palavra o munícipe senhor Luís Xavier Pereira referindo que os documentos oficiais devem ser pedidos por escrito, tanto quanto percebia das autarquias locais.-----

Usou da palavra o vereador senhor Nuno Ferreira referindo que já os tinham pedido por escrito e tinham sido negados.-----

APROVAÇÃO EM MINUTA: Nos termos do número três do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de Setembro, e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e seis do mesmo normativo legal, foi deliberado por unanimidade, aprovar em minuta os textos das presentes deliberações. -----

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram doze horas e vinte minutos da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----

----- E eu, Ana Maria Bento Soares, Coordenadora Técnica do Município a subscrevo e também assino. -----

A Presidente da Câmara

A Coordenadora Técnica